

Única alternativa à dinâmica inflacionária dos oligopólios

Marcus Alban Suarez*

Os sucessivos fracassos das políticas econômicas do governo Collor demoram mais uma vez que, em economias de alto grau de oligopolização como a brasileira, é um grande equívoco teórico tentar o combate à inflação através de políticas recessivas. Embora a ortodoxia monetarista não o aceite, os oligopólios estabelecidos não competem por preços, sendo esses determinados "administrativamente", num processo de interações sucessivas, dentro dos limites das barreiras à entrada em cada setor. Assim, ao se contraírem os mercados, com o processo recessivo, os oligopólios aumentam ainda mais as suas margens, ou seja, seus "mark ups", via preços, para manter seus níveis de rentabilidade.

Sendo a economia brasileira um sistema de preços fortemente indexados, na medida em que os oligopólios elevam seus preços, todos os demais setores buscam elevar também os seus, na tentativa de recuperar a fatia de renda perdida pela elevação anterior. A recuperação, entretanto, não ocorre, pois os oligopólios, valendo-se do poder de mercado, implementam novas elevações sucessivas, engendrando a dinâmica da espiral inflacionária.

Naturalmente, esta não é a visão da área econômica do governo, que, com o sucessivo fracasso das políticas adotadas, passa a explicar a manutenção do processo inflacionário a partir da "cultura inflacionária" das grandes empresas, gerando sérios conflitos com o empresariado. Embora essa "cultura" exista, considerá-la causa da inflação é também um grande equívoco.

A inflação brasileira contemporânea, apesar de intrinsecamente ligada à estrutura oligopolista da economia, decorre fundamentalmente do processo recessivo. Não por acaso, desde 1964, os anos de menor inflação foram também os de maior crescimento, vivenciados no "milagre" econômico de 1968 a 1973. Assim, para enfrentar efetivamente a inflação é preciso, antes, acabar com a recessão. É preciso, portanto, voltar a crescer imediatamente, e esse é o grande problema.

A grande maioria dos economistas brasileiros, desiludidos com a heterodoxia inercial, está hoje tomada pela ortodoxia. Assim, existe na atualidade quase um consenso nacional de que é preciso equilibrar, a priori, as finanças públicas para conter a inflação e, só então, retomar o crescimento.

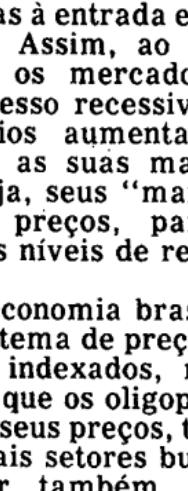
A inflação brasileira dos últimos anos não é, entretanto, uma inflação de demanda, hoje bastante deprimida com a recessão. Neste sentido, tentar controlar o déficit — via corte dos gastos públicos ou corte dos gastos privados, via ampliação da receita fiscal — significa mais recessão, consequentemente mais déficit público e, de novo, inflação do grau de oligopolização da economia.

Mais inflação.

Como se percebe, não há saída para a inflação brasileira e para o próprio déficit senão através da imediata retomada do crescimento. Com o crescimento, expandem-se os mercados, possibilitando e forçando (possibilitando e forçando) que os oligopólios reduzam seus "mark ups", sem a redução concomitante da rentabilidade. Paralelamente, expande-se também a arrecadação pública, viabilizando, num segundo momento, a superação do déficit, via superávit de pleno emprego.

Um novo modelo de desenvolvimento não poderá basear-se no processo de concentração de renda vivente. Afinal, não há mais o que concentrar. E é preciso agora — na verdade já era preciso desde os anos 80, quando se concluiu a implantação da base industrial — criar as condições para efetuar o processo inverso. Ou seja, é preciso criar as condições para crescer via concentração da renda, efetuando o desenvolvimento social do país através da ampliação do mercado interno.

Essa nova concepção estratégica de desenvolvimento nada mais é do que o desdobramento lógico do processo de crescimento anterior, baseado na substituição de importações. Como o próprio nome indica, o crescimento se dava através da ocupação de um



mercado já existente, atendido até então por importações. Concluído esse processo, para que o sistema não entre em estagnação, trata-se, agora, de ampliar esse mercado via desenvolvimento social.

Esse desdobramento, entretanto, embora lógico, não é natural. Assim como a industrialização substitutiva de importações teve que ser forçada, contrariando através de mecanismos institucionais o comportamento natural das leis de mercado, também o desenvolvimento social do País terá de ser feito. Como se observou na década de 80, a complementação do modelo anterior, com a "marcha forçada" do II PND, não levou ao esperado desenvolvimento social, via desconcentração da renda, mas sim a um novo padrão de concentração, com o estrangulamento da classe média.

Em linhas gerais, pode-se considerar que a economia brasileira, por possuir um grande excesso de mão-de-obra vis-à-vis sua estrutura produtiva, engendra uma dinâmica distributiva "naturalmente" concentradora. Dessa maneira, assim como no modelo de desenvolvimento anterior o Estado teve o papel de construtor, financiador e regulador do processo de implantação da estrutura produtiva para atender a um mercado já existente, no novo modelo o Estado deverá atuar, fundamentalmente, na promoção, regulação e financiamento da expansão deste mercado, via políticas de desenvolvimento social. Neste sentido, caberá ao setor privado viabilizar, em integração competitiva com o mercado externo, a expansão paralela da estrutura produtiva do País.

Em termos operacionais, este novo papel do Estado passa, inexoravelmente, por duas linhas estratégicas básicas. A primeira consiste na implementação de uma política de longo prazo de aumento progressivo do salário mínimo real. A segunda, considerando-se que esse salário ainda continuará muito baixo nos primeiros anos de adoção dessa estratégia e que uma grande parcela da população ainda se encontra fora da economia de mercado, consiste numa política gradual e consistente de expansão da ação governamental nos serviços e na infra-estrutura social básica — alimentação, saúde, educação integrada, previdência (apenas para baixa renda), saneamento básico e habitação popular.

A proposta de um aumento progressivo para o salário mínimo, estando este desvinculado dos demais salários, induziria a mudanças estruturais profundas na economia. Por exemplo, através de um aumento efetivo de 1,3% ao mês, poder-se-ia, em quinze anos, multiplicar por dez o valor do salário mínimo real. Um processo de expansão dessa natureza levaria a que os empresários de setores mão-de-obra intensiva modernizem, paulatinamente, modernizando, via automação e treinamento, suas estruturas produtivas. Por outro lado, a expectativa de mercado futuro gerada por essa dinâmica bem como pela política de desenvolvimento social, implicaria investimentos generalizados, estrangeiros, que aumentariam a eficiência da economia como um todo.

A adoção desse novo modelo de desenvolvimento, além de favorecer diretamente a imensa maioria da população (o que lhe garante legitimidade política), tem o mérito de não confrontar os interesses do sistema econômico — os grandes oligopólios. Situados, em geral, em setores de capital intensivos, os oligopólios teriam pouco a perder e muito a ganhar (através da retomada do crescimento) com a implantação de toda essa estratégia. Os setores não oligopolizados, por outro lado, à medida que não teriam seus preços controlados diretamente, nada teriam a perder além da troca de um mercado estagnado por outro dinâmico e competitivo.

A partir de uma simulação preliminar, a adoção dessa estratégia implicaria uma taxa média de crescimento do PIB da ordem de 9% ao ano, com a geração de 35 milhões de novos empregos ao longo de todo o período. Em síntese, isto equivaleria à elevação do padrão médio da vida da sociedade brasileira a níveis bem próximos dos países europeus como Espanha e Itália. Como se observa, saídas para a crise existem. Resta saber, porém, se seremos capazes de superar os dogmas teóricos de nossa macroeconomia.

* Diretor-presidente da Fundação CPT/Bahia. Professor da Universidade Federal da Bahia.